

# Outros territórios, outros mapas

*"Era a voz antiga das mulheres, no tempo da minha infância. Chamavam-me para acender o lume. Cumpriam um preceito de antigamente: apenas um homem podia iniciar o fogo. As mulheres tinham a tarefa da água. E se refazia o eterno: na cozinha se afeiçoavam, sob o gesto da mulher, o fogo e a água. Como nos céus, os deuses moldavam a chuva e o relâmpago"*

*Um rio chamado tempo, uma casa chamada terra  
Mia Couto*

## Ana Clara Torres Ribeiro\*

\* Doutora  
em Ciências Humanas  
Universidade  
de São Paulo.  
Professora  
do Instituto de Pesquisa  
e Planeamento Urbano  
e Regional  
(IPPUR-UFRJ).  
Coordenadora  
do Laboratório  
de Conjuntura Social,  
Tecnologia e Território  
(LASTRO-IPPUR)  
e do Grupo de Trabalho  
Desenvolvimento Urbano  
do CLACSO.

---

### Insustentável abstração

A hegemonia do capital financeiro apoia-se na crença de que a rapidez, o consumo personalizado, o acesso a objetos sofisticados, o usufruto de corpos hiper produzidos e o conforto das grandes redes hoteleiras constituem metas potencialmente compartilhadas por todos os povos e culturas. Afinal, na atual fase do capitalismo, foram abandonados intuítos civilizatórios mais largos, em decorrência da falta de instituições e mecanismos de convencimento que garantam legitimidade ao exercício do poder. Neste contexto, imperam a violência, o militarismo, a cultura transformada em mercadoria, a imagem produzida pelo marketing, a manipulação do desejo e a veiculação de pseudo consensos.

A saturação imagética e o controle territorial, permitidos pelas redes técnicas, sustentam a garantia do lucro e, logo, da acumulação. Mas, também expressam a busca

pela sacralização do poder. Porém, com estes instrumentos, tem sido alcançada, no máximo, a sacralização transitória de alguns poderosos, que simbolizam a concentração do poder econômico decorrente da reorganização do capitalismo na escala mundial. Transformados em mitos, através de estratégias comunicacionais orientadas por mínimas pautas políticas, os atuais donos do poder personificam interesses corporativos que enfraquecem referências culturais indispensáveis à própria estabilidade da esfera política.

A precária legitimidade do poder explica a difusão de leituras maniqueístas das relações internacionais e das relações governo-sociedade. Através de uma simplória divisão entre bem e mal, procura-se eternizar o presente, com espetáculos midiáticos que reúnem segmentos sociais sem diálogo e, portanto, sem valores comuns. Estes espetáculos permitem a costura passageira de um tecido social frágil, desenraizado, expressivo da superficialização das relações sociais. Este tecido, submetido a contraditórios impulsos, não substitui a densidade das relações face-a-face, a pedagogia da co-presença e os laços sociais criados por experiências compartilhadas e, assim, nem os sabores e nem os gestos que estimulam a memória coletiva. São estas experiências que criam a unidade básica da vida social. Esta unidade, segundo Norbert Elias (1994), não é constituída por indivíduos, como crêem os que aderem à atual modernização do mundo, mas, sim, por um duplo, isto é, por uma unidade que só pode ser nomeada como “nós-eu”.

A expansão transnacional do capitalismo ignora a delicadeza desse duplo, ora exacerbando o “eu”, ora criando “nós” circunstanciais, o que indica a carência de cultura e de sabedoria políticas que tem acompanhado a reorganização da economia. As relações societárias –responsáveis pela preservação de totalidades sociais– não podem ser mantidas, apenas, com os códigos da competitividade, do consumismo e do individualismo. Por esta razão, fracassam as políticas sociais que pretendem acionar acervos culturais –comunidade, solidariedade espontânea, identidade cultural, rede familiar– em conjugação com as políticas econômicas neoliberais, que agridem estes acervos de tão lenta decantação. Por este mesmo motivo, também fracassam os governos que não reúnem as duas pontas do transparente enigma da crise do modelo (formal) de democracia na América Latina: economia e sociedade. De fato, a autonomização da economia, através da desregulamentação das atividades produtivas e da flexibilização dos direitos sociais, tem sido acompanhada, na região, pela eclosão de movimentos sociais territorializados.

Há limites na abstração socialmente suportável e, assim, para a adesão social às promessas trazidas pela globalização. Um futuro constituído por fluxos ininterruptos de informação, por doses crescentes de design, por esforços de exportação, pela obsolescência planejada dos produtos e pela automação encontra a resistência do senso comum, de valores culturais, das táticas de sobrevivência e da experiência popular. Por

**“As condições gerais da produção capitalista, sob a hegemonia do capital financeiro, exigem a mais brutal alienação do território [...] Trata-se de um extraordinário alargamento do tabuleiro da política, simultâneo à ampliação da arena da produção”**

outro lado, o excesso de artificialismo, o pensamento operacional e a ação instrumental encontram a oposição tanto de práticas sociais enraizadas nos lugares como dos conhecimentos acumulados pelo denominado, por Milton Santos (1994), *homem lento*. Para este autor, este é o homem que conhece os lugares, que necessita deste conhecimento para a sua sobrevivência e que, portanto, constrói, em meio a todos os desafios, o período histórico que sucederá o que atualmente vivemos. De forma lúcida e insurgente, Milton Santos (2000) nomeou este período, de período popular da História.

### **Alienação do território, alienação territorial e território alienado**

As condições gerais da produção capitalista, sob a hegemonia do capital financeiro, exigem a mais brutal *alienação do território*. Numa de suas faces, o mapa do mundo tem sido reconstruído, com apoio em novos pontos de observação da Terra, como um único território aberto à ação hegemônica, sem fronteiras e sem barreiras. Trata-se de um extraordinário alargamento do tabuleiro da política, simultâneo à ampliação da arena da produção. Noutra face, a acumulação exige a descoberta de nichos de inovação e sobrelucro, que transmitam permanente estímulo aos investimentos. Nesta segunda face, o mapa do mundo adquire uma fisionomia fractal, aparecendo segmentado, recortado, marcado por mínimas e significativas diferenças. Este é um mapa feito de encaves, da privatização de recursos naturais e por regionalizações que correspondem aos interesses das grandes corporações e à geopolítica dos Estados centrais. Nesta segunda face, a alienação do território apresenta uma substância composta pela desapropriação de recursos essenciais à vida e, ainda, por dependência técnico-científica.

Entre esses dois mapas, as sociedades periféricas têm sido atualizadas por processos geradores de fragmentação territorial, incoerência institucional crescente e exclusão



© Martín Fernández

social. Na atual modernização, não se promete mais a integração social, a equalização da capacidade (individual e familiar) de consumo e nem a redução das desigualdades regionais. Ao contrário, estimula-se a competição entre localidades por investimentos externos e, a oferta do território e da cultura como moedas de troca na atração do olhar estrangeiro. Neste contexto, a única estratégia efetivamente veiculada é a estratégia dos negócios e, especialmente, de venda. Por este caminho, a alienação difundida pelas ideologias do capitalismo adquire uma dimensão material coerente com a natureza, a escala e a intensidade da globalização da economia. Estas ideologias, que apoiam a multiplicação ininterrupta dos objetos, transformam os lugares em alvos de investimentos voláteis e, a cultura em alavanca do lucro.

A alienação do território, envolvendo a venda do patrimônio natural e cultural, articula-se à *alienação territorial*, que atinge, com especial intensidade, as classes médias e altas. São estas classes que tecem, de forma eficiente, os elos externo-internos e, que envolvem-se na defesa política dos novos impulsos globais (Ribeiro e Silva, 2004). Assim, as críticas ao neoliberalismo demandam o seu complemento pela análise da estruturação das relações de classe (Oliveira, 1976) e interétnicas que explicam a

aceitação ideológica do *apartheid* e do darwinismo social. Propomos que a alienação territorial, racionalizadora do corte excludente entre estratos sociais, corresponde à influência do economicismo e do pragmatismo na interpretação da experiência social. A alienação territorial é formada, portanto, por uma construção ideológica tecnicamente sofisticada, que abstrai a co-presença e conduz à acomodação incondicional aos objetivos da ação hegemônica, a única considerada racional.

As formas assumidas pela alienação territorial são múltiplas e heterogêneas, incluindo desde a adesão entusiasta a projetos de renovação urbana que ampliam as desigualdades sociais (Ciccolella, 2004) até a justificativa da construção, com recursos públicos, de ambientes socialmente exclusivos. A cristalização destas tendências origina o que denominamos, neste texto, de *território alienado*. Com esta noção, destacamos efeitos, de longo prazo, da articulação entre alienação do território e alienação territorial. Os ajustes do espaço herdado às novas condições gerais da produção, juntamente com a adesão ideológica ao mercado, geram estruturas espaciais que impedem conquistas sociais. É a compreensão da gravidade destes processos que transparece em tantas lutas de resistência ao ordenamento dominante do espaço; lutas travadas por sujeitos sociais conscientes dos encadeamentos (estruturais e estruturantes) entre: apropriação do território, oportunidades de conquista da soberania e reinvenção da democracia (Sousa Santos, 2002).

## **Territorialidades e espaço herdado**

Sinalizando o esgotamento dos projetos da modernidade, as lutas territorializadas indicam que a representação e o planejamento do território deixaram de ser instrumentos, por excelência, de afirmação dos Estados nacionais (Raffestin, 1993). Este apagamento do Estado –que traduz contradições abertas pela globalização da economia e pela agenda neoliberal– transformou o território numa dimensão essencial da praxis, o que, sem dúvida, desafia tanto as teorias políticas clássicas quanto os programas dos partidos políticos. Ocorre, agora, uma crescente aproximação entre política e território usado (Santos, 1999); entre práticas sociais e praxis; entre cultura e cultura política; entre saberes tradicionais e educação política. Nesta aproximação, pode ser reconhecida a força daqueles que resistem, no limiar da luta pela vida, à naturalização das relações sociais imposta pela ideologia dominante.

É como se, da resistência à esta ideologia, que dissolve direitos e desconhece memórias, surgisse um pólo antagônico, constituído por um movimento social mais profundo e de fronteiras indefinidas. Este movimento encontra o seu âmbito de atuação no próprio cerne das relações sociedade-natureza (primeira e segunda). Atualmente, defende-se recursos naturais e investimentos pretéritos (por exemplo: plantas fabris) como direitos

à vida, à soberania e à dignidade. Com a mesma intensidade, luta-se pela preservação de identidades culturais, que são também territoriais. Aliás, o apagamento do Estado transparece nestas duas frentes, já que constata-se o seu recuo na defesa do domínio público sobre recursos naturais e, também, o seu descaso com relação a formas de convencimento apoiadas em identidades nacionais, fortes e ativas. Por outro lado, a colagem de forças sociais ao território expressa uma das características essenciais do espaço: a sua capacidade de conservar orientações culturais e, desta maneira, fatores indispensáveis à reprodução social.

Essa capacidade, antes considerada retrógrada, adquire relevância estratégica numa conjuntura marcada por exigências, realizadas pelos atores hegemônicos, de que as sociedades periféricas aceitem a destruição das suas regras de convívio. Concretamente, estes atores impõem a violenta ruptura de pactos sociais, o que faz com que bandeiras políticas troquem rapidamente de mãos. Se, antes, os apelos à defesa do território muitas vezes corresponderam a projetos das classes dominantes (Raffestin, 1993), esta mesma defesa, frente aos compromissos destas classes com a produção do território alienado, assume, atualmente, um teor progressista e inovador, permitindo que se afirmem, na cena política, sujeitos sociais antes desconsiderados e, até mesmo, submetidos a todo tipo de estereótipo e preconceito.

Os sujeitos sociais e a ação política apresentam, agora, maior complexidade, confrontando paradigmas que orientaram, até há pouco tempo, os projetos de transformação social. Estes sujeitos propõem novos híbridos institucionais, atuam em várias escalas, exigem a releitura do Estado, defendem diferentes sentidos de nação, rejuvenescem tradições e impedem a sua completa absorção em instituições da modernidade. Nas palavras de Milton Santos: “A partir dessas metamorfoses, pode-se pensar na produção local de um entendimento progressivo do mundo e do lugar, com a produção

***“Atualmente,  
defende-se  
recursos naturais  
e investimentos  
pretéritos  
(por exemplo:  
plantas fabris)  
como direitos  
à vida, à soberania  
e à dignidade.  
Com a mesma  
intensidade,  
luta-se pela  
preservação  
de identidades  
culturais, que são  
também territoriais”***

indígena de imagens, discursos, filosofias junto à elaboração de um novo *ethos* e de novas ideologias e novas crenças políticas, amparadas na ressurreição da idéia e da prática da solidariedade” (2000: 167 e 168).

É neste contexto que pode ser compreendido, em plenitude, o conceito de espaço herdado proposto por Milton Santos (1996). O espaço não é formado, somente, pela superfície construída pela últimas trocas intergeracionais e, muito menos, pela última modernização. Ao contrário, o espaço herdado é formado por um contínuo intercâmbio entre mortos e vivos, em que as normas e as regras inscrevem-se na materialidade, orientando a cultura imaterial. Os objetos contêm a ação (possível e necessária), da mesma maneira que a ação refaz os usos dos objetos, atribuindo-lhes sistematicidade e atualizando-os. Ao propor a reflexão do espaço herdado, este autor aciona a categoria sartreana de prático inerte, o que permite que o espaço seja compreendido em sintonia com o senso prático dos homens lentos.

O espaço perde, com esta orientação teórica, a sua aliança com o racionalismo abstrato e com a matematização do mundo. Adquire novas conotações e espessura simbólica, possibilitando a afirmação tendencial de um outro mapa, elaborado por geo-grafias, como propõe Carlos Walter Porto-Gonçalves (2002), das resistências culturais e das lutas políticas que marcam trajetos, criam caminhos, interrompem fluxos desejados pelas classes dominantes e elaboram novas territorialidades. Desta maneira, se antes denunciávamos a produção do território alienado, valorizamos, neste momento, as territorialidades não-alienadas, que constituem um dos fundamentos essenciais do “nós-eu”. É neste sentido que podemos apreender a distinção entre espaço e território proposta por Félix Guattari: “Os territórios estariam ligados a uma ordem de subjetivação individual e coletiva e o espaço estando ligado mais às relações funcionais de toda espécie. O espaço funciona como uma referência extrínseca em relação aos objetos que ele contém. Ao passo que o território funciona em uma relação intrínseca com a subjetividade que o delimita” (1985: 110).

Nesta proposta, pode ser reconhecida a intensa busca, das duas últimas décadas, por uma teoria mais rica da transformação social. Este autor critica o alisamento do espaço que resulta da ação hegemônica e assinala a cotidiana construção social de territórios em espaços complexos, como as metrópoles. Propõe, assim, uma outra leitura do espaço, sensível às práticas sociais. Pensamos que esta leitura exige que seja superada a cisão analítica entre forma e conteúdo (Santos, 1996) e, entre aparência e essência (Kosik, 1976). A paisagem não é apenas uma aparência a ser rompida pelo desvendamento da essência da realidade social. A paisagem também reúne recursos e símbolos, pequenas e grandes marcas das experiências vividas, tramas sociais (Villoria, 1999). Daí a violência inerente aos projetos que, sem a participação dos muitos “outros”,

interrompem sentidos da existência, através de técnicas que se apropriam de segmentos do tecido social e manipulam heranças culturais.

A inclusão teórica do espaço em um número crescente de disciplinas; o destaque do território na teoria crítica do espaço e a relevância atribuída à territorialidade –através da articulação entre identidades sociais e espaço– indicam a emergência de um período em que o pensamento crítico assume compromisso com o pensar complexo (Pena-Veiga e Nascimento, 1999) e com o aprendizado com o senso comum (Sousa Santos, 1988). Por outro lado, para além da crise paradigmática, as ciências sociais já experimentam os desafios trazidos pelos sujeitos sociais que hoje refazem a experiência política da América Latina. O aprendizado dos caminhos, das estradas, das ruas e os novos imaginários políticos expõem o fato de que a urgência social também é portadora de projetos, de utopias, de exigências de conhecimento.

De fato, as ciências sociais estão instadas a aprender, também, a caminhar na incerteza, a inventar métodos de pesquisa e a dialogar com as denominadas ciências exatas e da vida. A dimensão espacial da ação, ao transformar os parâmetros de observação da realidade social, exige ousadia na proposição de novas teorias e conceitos a partir da experiência das sociedades periféricas. Contra os espaços alisados, é necessário afirmar as rugosidades, como disse Milton Santos (1996), e ver as rugas que se acumulam nos rostos das sucessivas gerações de marginalizados e espoliados. Assim, a praxis e as utopias necessárias são aquelas que, contraditoriamente, têm topos e que, por conseguinte, possibilitam apreender –na política, nas artes e nas ciências– a cronotopia latino-americana, tão ricamente refletida por Carlos Fuentes (1994).

### **Últimas palavras, uma advertência**

A análise do espaço, do território, impõe, como afirma Milton Santos (1996), a compreensão da indissociabilidade entre espaço e tempo, que inclui a indissociabilidade entre forma e conteúdo (processos). Apenas assim, são reduzidos os riscos de objetivação da ação, associados ao atual resgate do passado e da natureza. Afinal, a ação acontece no espaço-tempo e segundo as oportunidades abertas a cada momento. A ação dos homens lentos envolve, portanto, intervenções táticas em conjunturas ainda em aberto. Sem esta inclusão do tempo, a naturalização das relações sociais, imposta pela ideologia dominante, pode ser substituída por outro tipo de naturalização, orientada pelo sensibilismo ou por noções do culturalismo.

Ao contrário do proposto por essas correntes, acreditamos que existe uma outra razão, em elaboração, nos interstícios das territorialidades e dos novos rumos tomados pela praxis. Esta razão tem sido formada pelas contribuições trazidas por racionalidades



alternativas à cena política latino-americana. Ainda tênue, esta razão reconhece os seus próprios limites e a fragilidade dos conhecimentos que sustentam os seus conceitos e métodos. É esta clareza com relação a limites que permite distingui-la da lógica que sustentou (e sustenta) tantos projetos de modernização desenhados para a região. Esta razão, que ora começa a reconhecer os seus contornos, inclui os muitos “outros”, já que estes também participam da sua construção.

Da mesma maneira, esta razão, ainda que apenas com a ajuda da intuição, é capaz de reconhecer as espertas tentativas de reificação de identidades sócio-territoriais realizada, tantas vezes, por agentes da ordem dominante. Resistindo à reificação, o “outro”, para esta razão ainda incipiente, não é somente o diferente, aquele que é reconhecido como, quando e da forma que convém. Ao contrário, para esta razão, o “outro” é parte intrínseca do “nós-eu”. É esta a aliança que constrói novas territorialidades e que conduz a ação solidária espontânea, resistindo aos comandos da globalização. Esta aliança encontra abrigo no espaço herdado e, também, no espaço banal, aquele que, como também disse Milton Santos (1996), é de todos.



© Martín Fernández

## Bibliografia

Ciccolella, Pablo 2004 “Ciudades del capitalismo global: terra incognitae? Nuevas relaciones económico-territoriales, nuevos territorios metropolitanos: reflexiones partiendo de casos iberoamericanos”. Trabalho apresentado no VIII Seminário Internacional da Rede Ibero-americana de Investigadores sobre Globalização e Território, Rio de Janeiro, 25 a 28 de maio.

Elias, Norbert 1994 *A sociedade dos indivíduos* (Rio de Janeiro: Jorge Zahar).

Fuentes, Carlos 1994 *Valiente mundo nuevo: épica, utopía y mito en la novela hispanoamericana* (México: Fondo de Cultura Económica) 2ª impressão.

Guattari, Félix 1985 "Espaço e poder: a criação de territórios na cidade" em *Espaço & Debates* (São Paulo) Ano V, Nº 16.

Kosik, Karel 1976 *Dialética do concreto* (Rio de Janeiro: Paz e Terra) 4ª edição.

Oliveira, Francisco de 1976 *A economia brasileira: crítica à razão dualista* (São Paulo: Editora Brasiliense/Edições CEBRAP) 2ª edição.

Pena-Veiga, Alfredo e Nascimento, Elimar Pinheiro do (orgs.) 1999 *O pensar complexo: Edgar Morin e a crise da modernidade* (Rio de Janeiro: Garamond).

Porto-Gonçalves, Carlos Walter 2002 "Da geografia às geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades" em Ceceña, Ana Esther e Sader, Emir (coords.) *La guerra infinita: hegemonía y terror mundial* (Buenos Aires: CLACSO).

Raffestin, Claude 1993 *Por uma geografia do poder* (São Paulo: Ática).

Ribeiro, Ana Clara Torres e Silva, Cátia Antonia 2004 "Impulsos globais e espaço urbano: sobre o novo economicismo" em Ribeiro, Ana Clara Torres (comp.) *El rostro urbano de América Latina* (Buenos Aires: CLACSO).

Santos, Milton 1994 *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional* (São Paulo: HUCITEC).

Santos, Milton 1996 *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção* (São Paulo: HUCITEC).

Santos, Milton 1999 "O território e o saber local: algumas categorias de análise" em *Cadernos IPPUR*, Vol. XIII, Nº 2.

Santos, Milton 2000 *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal* (Rio de Janeiro/São Paulo: Record).

Sousa Santos, Boaventura de 1988 *Um discurso sobre as ciências* (Porto: Edições Afrontamento) 10ª edição.

Sousa Santos, Boaventura de (org.) 2002 *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira).

Villoria, Alicia Lindón 1999 *De la trama de la cotidianidad a los modos de vida urbanos. El Valle de Chalco* (México: Centro de Estudios Sociológicos de El Colegio de México/El Colegio Mexiquense).